O não atendimento do presente no prazo estipulado, culminará na imediata aplicação da penalidade prevista no Art. 78, Inciso IX, alínea " c " da Lei 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da Ação Fiscal pertinente, visando os interesses do Erário Estadual.
Tucuruí, 16 de Setembro de 2011
Hilário Augusto Ferreira Neto
Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283828
PORTARIA: 0892

Objetivo: Tratar Sobre Problemas do SCANC no que diz respeito aos Arquivos NFUFE A4Q2 e Representar o Estado do Pará no Subgt Tributação do Etanol e no Subgt SCANC
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Belo Horizonte/MG - Brasil<br
Servidor(es):
0528003601/TELMÁ LÚCIA PONTES ARBAGE (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) / 4.5 diárias (Completa) / de 19/09/2011 a 23/09/2011<br
Ordenador: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

ACÓRDÃO 1ª CPJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283458
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF PRIMEIRA CÂMARA

ACORDAO N.2623- 1a. CPJ. RECURSO N.5909 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012007510020755-8) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O cerceamento do direito de defesa só se caracteriza quando restar provado nos autos que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Deixar de recolher ICMS, por ter registrado a menor o valor da operação, sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso Voluntário conhecido e não provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/09/2011. ACORDAO N.2624- 1a. CPJ. RECURSO N.5911 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012007510020753-1) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O cerceamento do direito de defesa só se caracteriza quando restar provado nos autos que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Deixar de recolher ICMS, por ter registrado a menor o valor da operação, sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso Voluntário conhecido e não provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/09/2011. ACORDAO N.2625- 1a. CPJ. RECURSO N.5913 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012007510020757-4) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O cerceamento do direito de defesa só se caracteriza quando restar provado nos autos que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Deixar de recolher ICMS, por ter registrado a menor o valor da operação, sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso Voluntário conhecido e não provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/09/2011. ACORDAO N.2626- 1a. CPJ. RECURSO N.5915 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 012007510020756-6) CONSELHEIRO RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O cerceamento do direito de defesa só se caracteriza quando restar provado nos autos que o contribuinte foi prejudicado em seu direito de se defender. Preliminar rejeitada por unanimidade. 3. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, não configurando confisco a aplicação de multa estipulada em lei. Preliminar rejeitada por unanimidade. 4. Deixar de recolher ICMS, por ter registrado a menor o valor da operação, sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso Voluntário conhecido e não provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/09/2011. ACORDAO N.2627- 1a. CPJ. RECURSO N.5691 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092005510000581-0) CONSELHEIRO RELATOR: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Fornecer incorretamente dados econômicos-fiscais, exigidos pela legislação tributária vigente, constitui infração e sujeita o contribuinte às cominações legais. 3. Correta a decisão de primeira instância que reduz a multa por força do princípio da retroatividade benéfica, insculpida no CTN, art. 106, II, "c". 4. Recurso Voluntário conhecido e não provido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 06/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:06/09/2011.

CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283451

Contrato: 18
Exercício: 2011
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: Contratação da ASSOCIAÇÃO PARÁ 2000, para disponibilização de espaço, infra- estrutura e serviços necessários à realização do VII ENAT, a ser realizado no período de 19 a 21 de setembro de 2011, em Belém-pa, tendo como locais do evento o HANGAR- CENTRO DE CONVENÇÕES E FEIRAS DA AMAZÔNIA e ESTAÇÃO DAS DOCAS.
Valor Total: 127.884,90
Data Assinatura: 14/09/2011
Vigência: 14/09/2011 a 12/11/2011
Dispensa: 8/2011
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
04129119126470000 449039 0330000000 Estadual
Contratado: ASSOCIAÇÃO PARÁ 2000
Endereço: Bvd Castilhos França, S/N
CEP. 66053-070 - Belém/PATelefone: 0000000000
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

NOTIFICAÇÃO FISCAL – CERAT TUCURUI
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283481

O Coordenador Executivo Regional de Administração Tributária e Não Tributária de Tucuruí, desta Secretaria de Estado da Fazenda, no uso de suas atribuições, NOTIFICA aos titulares , sócios ou representantes legais da firma abaixo relacionada, nos Termos do Art. 11 da Lei nº 6.182/98 e dos Arts. 65 e 66 da Lei nº 5.530/89, combinado com os Arts. 124 e 744 do RICMS, anexo ao Dec. Nº 4.676/01, a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, a partir desta publicação, os documentos abaixo relacionados, objeto de Ação Fiscal de Rotina ou Pontual, referente ao período de 01/2008 até 08/2009, conforme Ordem de Serviço nº 132011820000013-8
Razão Social: CORK COMÉRCIO INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA-EPP
Inscrição Estadual: 15267284-2
Auditor Fiscal responsável: JOSENIL SERAGINI GONZALES
Documentos solicitados:
Comprovante de Entrega - DIFÉ
Livro Caixa
Livro de Controle de Estoques e Produção
Livro de Registro de Entradas
Livro de Registro de Inventário
Livro de Registro de Saídas
Notas Fiscais de Entradas
Notas Fiscais de Saída
Notas Fiscais de Saídas – canceladas
Relação das NFS. Ref. Aos pag. De 1141 – 1145 – 1146 – 1152
Local para entrega dos documentos: SEFA-CERAT TUCURUI – Av. Aloysio Chaves nº 155 – Nova Tucuruí, Tucuruí/pa, Telefone : (94) 3778-9144

O não atendimento do presente no prazo estipulado, culminará na imediata aplicação da penalidade prevista no Art. 78, Inciso IX, alínea " c " da Lei 5.530/89, ficando ciente desde já, que a presente medida caracteriza o início da Ação Fiscal pertinente, visando os interesses do Erário Estadual.
Tucuruí, 16 de Setembro de 2011
Hilário Augusto Ferreira Neto
Coordenador Fazendário – Cerat Tucuruí

ACÓRDÃO 2ª CPJ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283499
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2819- 2a. CPJ. RECURSO N.6374 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000082-1) CONSELHEIRO RELATOR: JOSE FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de nulidade do AINF por descrição da infração divergir da situação fática, rejeitada, por unanimidade, porque a infração está comprovada nos autos e a descrição dela no AINF corresponde ao fato concreto, não configurando, portanto, nenhum prejuízo à defesa. 3. Preliminar de afronta ao princípio do "non bis in idem", rejeitada, por unanimidade, porque não há comprovação nos autos de apenação em duplicidade pelo mesmo fato. 4. Preliminar de multa institucional e confiscatória, rejeitada, por unanimidade, porque não há que se falar em inconstitucionalidade e confisco, bem como afronta aos princípios da moralidade e da proporcionalidade, quando a multa aplicada constar de lei e corresponder ao fato narrado no AINF. 5. Deixar de reter e recolher o ICMS-ST, devido ao Estado do Pará, nas operações com produto sujeito ao regime de Substituição Tributária, constitui infração e sujeita o infrator às cominações legais. 6. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:05/09/2011. ACORDAO N.2820- 2a. CPJ. RECURSO N.6372 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000083-0) CONSELHEIRO RELATOR: JOSE FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de nulidade

do AINF por descrição da infração divergir da situação fática, rejeitada, por unanimidade, porque a infração está comprovada nos autos e a descrição dela no AINF corresponde ao fato concreto, não configurando, portanto, nenhum prejuízo à defesa. 3. Preliminar de afronta ao princípio do "non bis in idem", rejeitada, por unanimidade, porque não há comprovação nos autos de apenação em duplicidade pelo mesmo fato. 4. Preliminar de multa institucional e confiscatória, rejeitada, por unanimidade, porque não há que se falar em inconstitucionalidade e confisco, bem como afronta aos princípios da moralidade e da proporcionalidade, quando a multa aplicada constar de lei e corresponder ao fato narrado no AINF. 5. Deixar de reter e recolher o ICMS-ST, devido ao Estado do Pará, nas operações com produto sujeito ao regime de Substituição Tributária, constitui infração e sujeita o infrator às cominações legais. 6. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 05/09/2011. DATA DO ACÓRDÃO:05/09/2011. ACORDAO N.2821- 2a. CPJ. RECURSO N.3784 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 042004510000024-3) CONSELHEIRO RELATOR: CLAUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. O cancelamento de documento fiscal somente se comprova com a apresentação de todas as vias, em original. É a inteligência do art. 274, I do RICMS. 3. Recurso de Ofício conhecido e provido, para restabelecer o crédito tributário formalizado no AINF. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 24/08/2011. DATA DO ACÓRDÃO:15/09/2011.VOTOS CONTRÁRIOS: Conselheiros Cláudio Humberto Duarte Barbosa e Daniel Nunes Lopes, pela nulidade da decisão de 1ª Instância.

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283749
PORTARIA: 0888

Objetivo: Programa de Fiscalização Itinerante nas Fronteiras-PFIF
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Base Candirú/PA - Brasil<br
Servidor(es):
0513244401/MARLY TEREZA COUTINHO MOTA (Fiscal de Receitas Estaduais) / 9.5 diárias (Completa) / de 28/09/2011 a 07/10/2011<br
Ordenador: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283769
PORTARIA: 0890

Objetivo: XII Encontro de Corregedores dos Fiscos Estaduais e do Distrito Federal.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s):
Recife/PE - Brasil<br
Servidor(es):
0557019001/LUIZA HELENA MELO DE MENDONÇA (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) / 4.5 diárias (Completa) / de 27/09/2011 a 01/10/2011<br
Ordenador: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

EDITAL - CERAT REDENÇÃO - PRORROGAÇÃO ORDEM SERVIÇO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283428
O Ilmo. Sr. **NIVALDO FARIAS BREDERODE**, Coordenador Fazendário de Redenção desta Secretaria Executiva da Fazenda, FAZ SABER ao titular ou representante legal da firma abaixo relacionada que foi prorrogada por mais **60 dias** a **ORDEM DE SERVIÇO** de Nº **07.2011.82.000.0260-4**, através do **TERMO DE PRORROGAÇÃO** de Nº **07.2011.92.000.0154-1**, ficando o mesmo NOTIFICADO na forma do disposto pelo art. 14, Inciso III, da Lei nº 6.182, de 30.12.98 .

Isaías Frota Evangelista
Auditor Fiscal da Receita Estadual
RAZÃO SOCIAL : **Creuza F. Rodrigues**
INSCRIÇÃO ESTADUAL : **15.211.230-8**
ENDEREÇO : **Rua Fernando de Noronha - Nº 46**
- Aeroporto

Ourilândia do Norte - PA
NIVALDO FARIAS BREDERODE
Coordenador - CERAT – Redenção

Banco do Estado do Pará S.A.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 283772

O BANPARÁ S/A torna pública a HOMOLOGAÇÃO DOS ITENS 2 (MESA DE APOIO PARA IMPRESSORA) e 3 (ESTUFA PARA PAPEL), bem como a REVOGAÇÃO DO ITEM 1 (CLAVICULÁRIO) da licitação acima.

Abre-se prazo de recurso para o item 1 na forma da legislação vigente.

Vera Morgado
Pregoeira